



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

---

## ATA REUNIÃO ORDINÁRIA

Maricá, 11 de abril de 2014.

- PAUTA: - Posse Presidente e Suplente ConCidade,  
- Entrega Certificados Conselheiros,  
- Apresentação Petrobras Gasoduto Rota 3,

Aos 11 dias do mês de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito, no prédio do Paço Municipal, a Secretária Executiva iniciou a 2ª reunião ordinária do ano corrente e, com fulcro no Artº18 do Regimento Interno – *O Presidente do Concidade é o (a) Secretário (a) Municipal de Desenvolvimento Urbano, substituído (a) nos seus impedimentos pelo seu representante*, empossa o Presidente do Conselho Sr Alan Novais e Alves (Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano) e seu suplente Sr Adyr Motta. Na sequência, o presidente discursou acerca da importância do conselho, para o delineamento dos novos projetos pensados para o município, além de tecer breve comentário sobre suas expectativas como presidente do Concidade. Na oportunidade apresentou seu suplente Sr Adyr Motta e inferiu sobre a importância da experiência do novo conselheiro (ex Secretário de urbanismo de Niterói), no Conselho da Cidade. Após, a secretária executiva convidou os organizadores da Conferência Municipal da Cidade, Sr Honório e Srª Leci para entregar os certificados de participação a todos os conselheiros nomeados. Em seguida os representantes da Petrobras iniciaram a apresentação. O representante da Petrobras encerrou a explanação e abriu a plenária para perguntas. Iniciando os questionamentos, Sr Regina indaga acerca da interferência nas áreas de reserva ambiental e sua extensão. Sr Vitor informa que a área será afetada em 200m. Sr Miguel discorre sobre sua experiência em comissões que iniciaram as discussões para implantação do Comperj e Gasoduto Brasil/Bolívia. Informa ainda, que a BR implantou escola profissionalizante na localidade do último projeto e, que percebendo que o trajeto do Rota 3 é bastante semelhante aos outros, pergunta se existe previsão para implantação da tipologia citada. BR: pontua que o órgão ambiental na época do licenciamento dará *estes in puts* ao município. Srª Renata representante da BR discorre sobre os programas corriqueiros ao licenciamento e elucida a questão burocrática implícita à implantação de alguns projetos, por exemplo: a necessidade de parceria com entidades não governamentais para junto com o SENAI; SENAC, etc. obterem a profissionalização e posterior direcionamento para capacitação. Srª Renata informa que no município de Maricá, atores com o perfil (entidades não governamentais legitimadas) não foram encontrados por enquanto. Sr Amilar diz que a OAB, juntamente com o Conselho Estadual irão criar comissão específica composta de engenheiros ambientais, engenheiros civis, arquitetos, entre outros, para a comissão que deverá acompanhar todas as modificações urbanísticas que a cidade está sofrendo, justificando que a cidade não está preparada para o crescimento observado. Sr Adyr pergunta se nas desapropriações os terrenos passam a ser propriedade do da BR? Indaga sobre a metodologia de utilização da área, pois, poderia haver projetos de horta comunitária e similares, além de incrementar os questionamentos citando a preocupação dos moradores do bananal com uma possível explosão do duto. Sr Vitor, em resposta afirma que a BR comprará o direito de uso da área e, que em caso de venda do imóvel o proprietário vende também a obrigação. Demais funcionários da BR sinalizam que é



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

realizado projeto de análise de risco com obrigatoriedade de sinalização para distanciamento e, demais procedimentos preventivos. Sr<sup>a</sup> Renata pontua que alguns riscos foram minimizados, os traçados modificados e a faixa de servidão com extensão de 50m, espessura de duto, foi aumentada. Sr Adyr pondera que em apresentação na localidade do bananal, os responsáveis pela análise de risco do projeto, informaram que em caso de incêndio no duto, as chamas alcançariam uma lâmina de 50m. Sr Vitor interrompe esclarecendo que o funcionário se referia a um acidente ocorrido em Cubatão e que o cenário é outro. Sr Hélio: na extensão destes dutos haverá aproximadamente 360 soldagens, vamos dizer que o equipamento de avaliação da integridade do duto verifique algum dano na estrutura, haverá caixa de passagem para cada ponto de solda? BR: O duto não é fabricado apenas de aço, existe um revestimento de teflon. Nestes casos o equipamento de verificação de avarias no sistema localiza a falha e realiza o reparo e, em condições extremas há interrupção do fornecimento. Sr Jaberval: uma questão que vamos observar é a invasão dessas faixas de servidão, principalmente em linhas férreas, qual será o procedimento adotado neste caso? E os valores das indenizações para os proprietários, como é calculado? BR: profissionais chamados andarilhos realizarão a vistoria destas áreas com uma frequência que impedirá a invasão. Respondendo a segunda pergunta: os valores são pagos em uma única parcela e derivados de avaliações de mercado. Sr Marcelo Vianna, por sua vez interfere com dois questionamentos: retomando a discussão acerca dos acidentes ocorridos e, compreendendo que estamos trabalhando com outra realidade tecnológica, pergunta se nesta nova fase “moderna” houve situação de risco, acidentes ou incidentes relevantes notificados. Questiona também, que a durabilidade do duto é de 30 anos (segundo a BR) então, como será feita a troca do sistema após o período? BR: No Rio Grande do Sul, nas chuvas ocorridas em 2010, houve deslizamento de terra com rompimento do duto. Ressalta ainda, que alguns incidentes ocorrem em proporções menores. Quanto à troca do material, o procedimento é regido por lei específica, com processo de desmobilização dos dutos. Nos casos em que o material, mesmo excedendo o período preconizado para a durabilidade, ainda sim for constatada a capacidade de utilização, este material não será descartado. A desmobilização é realizada, por exemplo, esvaziando o sistema e preenchendo com hidrogênio. Sr Alan informa que o CONCIDADE solicitará que a BR repassa ao município o conjunto de estudos realizados com relevante interesse público para o desenvolvimento de projetos futuros. Indaga ainda, que se o furo direcional não é realizado por máquinas pequenas e se estas máquinas não geram danos às estruturas das residências? Por fim esclarece que haverá duas compensações, uma delas originada da concessão de uso do solo urbano. O Presidente do Concidade e Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr Alan deixa claro a importância da abertura de um canal de discussão para que as obras não sejam atrasadas, conforme ocorrido com as obras do Emissário do Comperj. Sr<sup>a</sup> Renata: Estudos ambientais foram protocolados no IBAMA aguardam manifestação do órgão. Pontua ainda, que poderá se agendada reunião específica com o poder público para tratar do assunto em tela. Sr Tiago, Secretário do Ambiente informa à plenária que o Plano de Manejo da Unidade de Conservação das Serras de Maricá está finalizado e, que o documento impõe limites para atividades que por ventura venha a ocorrer na UCM. Aproveita para explicitar que a metodologia apresentada não poderá ser utilizada na área dentro da unidade e, que o município aceita apenas o furo direcional, por ser menos destrutiva. Sr Vitor, retoma o trecho da apresentação no traçado dentro da unidade e informa que neste trecho a metodologia foi adequada para o furo direcional, conforme solicitação do município. Sr Tiago questiona se o IBAMA, órgão licenciador do projeto, já havia dado aceite no Estudo de Impacto Ambiental/EIA. Sr<sup>a</sup> Monise, representante da BR, relata que no EIA foi contemplada a compensação para a UCM. Sr Alan: é importante o contato com o órgão federal licenciador para que o município possa apresentar o que lhe é de interesse



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

como medida compensatória. Acho por exemplo, que o mais importante será o abastecimento de água para o município e, que devemos marcar uma reunião com o órgão federal licenciador. Sr Tiago exemplificando o impasse, ilustra com a metodologia utilizada no emissário do Comperj: a profundidade prevista em projeto causa interferências em alguns objetivos do governo municipal, pode significar, por exemplo, que nunca seja possível à macro e micro drenagem em Itaipuaçu. Sr Alan discorre acerca do município de Maricá não possuir estudos para a macro drenagem e, que a implantação do emissário como está prevista, impedirá a futura implantação do sistema. Finaliza ponderando que o assunto deveria ser discutido com a secretaria de obras do município, para um possível delineamento de projeto, realizado pela BR. Sr Miguel retoma a discussão ressaltando sua experiência com a Petrobras e, que a empresa realiza a obra e sai do município sem mensurar os impactos, o conselheiro aproveita para sugerir que a câmara de vereadores faça sessões para solicitar compensações sociais. Sr Alan, observa que existem problemas com a execução de parcerias que não são oficializadas e que de agora em diante tudo deverá ser oficializado pelas partes. Sr Hélio recorda o termo de compromisso e responsabilidade, documento jurídico que poderá ser utilizado nessas condições. Sr Alan, informa que será utilizado o título executivo extrajudicial, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Sr Jaberval pergunta ao representante da Petrobras, qual a intimidade dos projetos do TPN Ponta Negra e o Gasoduto Rota 3. Sr Vitor elucida que não existe nenhuma relação entre os projetos, a não ser locacional. Sr Alan define, que o próximo ponto de pauta para reunião ordinária do conselho, deverá ser a criação de câmaras temáticas com reivindicações que possam ser ouvidas pela BR. Acrescenta ainda, que a compensação da empresa deverá ser subdividida entre os setores ambiental, social e urbano. Sugere na ocasião, que a plenária prepare o ponto de pauta, pois, acredita que existe muito a ser discutido pós as duas apresentações – Terminal Portuário de Ponta Negra e Gasoduto Rota 3. Sr Miguel interrompe com a sugestão de que os pontos macros das apresentações sejam discutidos na próxima reunião. Sr Hélio solicita informações, acerca da possibilidade de existência de ação civil pública impedindo a implantação do Porto. O conselheiro intervém com a preocupação do aumento da marginalidade já observada no município e sugere que seja feito um convite ao comandante do batalhão da policia militar, para reunião no conselho. Sr Marcelo Vianna, informa que a câmara de vereadores já realizou reuniões com o comandante neste sentido e, que a perspectiva não é boa, pois não haverá possibilidade de incremento do policiamento no município. O presidente retoma discussão, ponderando que o conselho deverá se ater estritamente a aquilo o que é afeto, não devendo dispersar as atenções com pontos aleatórios. Exemplifica colocando em pauta a abertura de editais para submissão de projetos para o PAC 3. Para que possamos fazer projetos que realmente mudem a vida das pessoas, gostaríamos que esse conselho focasse na organização da pauta e, nos principais pontos, por exemplo: Plano Diretor de Transporte e Mobilidade. Posteriormente, solicita que a Secretária Executiva coloque em pauta para a próxima reunião ordinária os seguintes pontos: Posse dos novos conselheiros; Avaliação da Apresentação do Porto e Gasoduto e Projeto de Urbanização. Sr Marcelo Vianna torna público que se encontra tramitando na câmara de vereadores, o Conselho de Mobilidade. Sr Miguel ressalta que é necessário que os projetos sejam logo preparados, considerando que o ano é curto e, que ministério das Cidades se pauta nas resoluções dos conselhos. Sr Adyr observa que existem duas instâncias de análise de impacto, o IBAMA e Inea. Sugere desta forma, que o que foi discutido com estes órgãos seja disponibilizado para que todos do Concidade tenham conhecimento. O presidente, em sua fala informa que serão requisitados todos os estudos realizados pelas empresas que querem se instalar no município, para que seja feito um banco de dados na secretaria de desenvolvimento urbano. Estes estudos podem nos embasar para realização dos projetos a serem submetidos ao PAC 3, até o mês de setembro do ano



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

corrente, pois, o edital para o PAC abriu em agosto de 2014. Sr Tiago sugere eu sejam realizados projetos para todas as áreas e que posteriormente alguns sejam priorizados. Sr Jaberval entende, que mediante tudo o que foi discutido, o momento seja oportuno para a discussão do Plano Diretor de Transito e Transporte. Sr Alan por sua vez, prefere hierarquizar em grau de importância, por exemplo, a universalização de água e esgoto. Porém, deixa claro que o município será direcionado pelo recurso disponível e, haverá a necessidade de nos adequarmos. Desta forma, o conselho será muito mais incisivo e efetivo. O presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos, às 11:47.

Eu, Deborah Dias Costa, Secretária Executiva lavrei a presente ATA, que foi lida e assinada por todos os presentes.